



Lucena conversa com Ulysses (C) sobre a necessidade de aprovação de sua emenda na íntegra

# Presidencialistas não fazem fusão de emendas

A criação da figura do Primeiro-Ministro e discordâncias sobre o quorum necessário para requerer moção de censura individual, inviabilizou a fusão de emendas presidencialistas. Reunidos na manhã de ontem no gabinete do presidente do Congresso, os presidencialistas selaram um acordo parcial de apoio a emenda Humberto Lucena, deixando em aberto o voto durante apreciação dos destaques sobre a redução do mandato do presidente Sarney.

Diante da dificuldade de acordo entre os presidencialistas, o senador Lucena insiste na necessidade de aprovação de sua emenda na íntegra, para uma posterior composição ou fusão com outras emendas. O líder do Governo, Carlos Sant'Anna sustenta esta tática, ao passo que o PT, deixou claro na reunião que estará fora do acordo por não aceitar a figura do Primeiro-Ministro.

O deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ) informou que o partido só reavaliará esta posição, se os presidencialistas garantirem o apoio para um requerimento de preferência para destaque em votação em separado visando reduzir de cinco para quatro anos o mandato do presidente Sarney. Sant'Anna não aceitou a proposta, chegando a afirmar que irá alcançar, com ou sem o PT, os 280 votos para aprovar a emenda Lucena. Esta revelação abalou a harmonia da reunião sendo necessária a intervenção do senador paraibano.

A moção de censura a ministros de Estado continuou a dividir o grupo presidencialista, pois de um lado Sant'Anna defendeu a coletiva com quorum de maioria absoluta e de outra Maurílio Ferreira Lima a individual, com maioria absoluta que não derruba, e outra, com maioria de dois terços do Congresso que destitui qualquer ministro. "A estabilidade do

Governo estará em risco, pois deste jeito, a esquerda derrubaria um ministro por semana", frisou o líder do Governo.

## Lucena

A emenda presidencialista do senador Humberto Lucena garante um mandato de cinco anos para o Presidente e cria a figura do Primeiro-Ministro com a função de elo de ligação entre o poder Legislativo e Executivo. Este ministro, como qualquer outro, poderá ser demitido pelo Presidente ou censurado pela maioria absoluta dos membros da Câmara sendo que neste caso não cai o Gabinete. Para esta hipótese será exigida a maioria de dois terços dos membros da Câmara Federal. Se não conseguirem passar a censura, os parlamentares que assinaram a proposta negada só poderão apresentar novo requerimento no prazo de seis meses.

Arquivo 20/10/87



Santillo visita governadores

## Santillo pede apoio para o seu programa

Belém — O governador de Goiás, Henrique Santillo, esteve ontem no Pará em busca do apoio do governador Hélio Gueiros a um programa político emergencial que está propondo como saída para salvar o Brasil da crise institucional, econômica e política que está atravessando.

Segundo Santillo, que passou apenas duas horas em Belém, seguindo depois para Rondônia e Mato Grosso, com o mesmo objetivo, o programa emergencial pressupõe apoio e garantia de estabilidade ao presidente Sarney, independentemente da discussão sobre a duração de seu mandato, de quatro ou cinco anos. «O PMDB é maioria na Constituinte e cabe a ele a responsabilidade da iniciativa de um programa que reduza as incertezas e ajudem o Brasil a atravessar essa fase muito difícil que estamos vivendo», disse o governador goiano.

Santillo disse já ter conversado sobre essa sua proposta com o presidente José Sarney e com o presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães e ter sentido em todos a preocupação com a necessidade de oferecer alguma proposta à Nação. De concreto, disse o Governador já ter marcado para os próximos dias 18, 19 e 20, em Goiânia, uma reunião com representantes de todos os Governos estaduais e de órgãos do Governo Federal para o debate de uma proposta preliminar.

## Risco de inviabilização

Diante dos rumores de que o grupo presidencialista vá cerrar fileiras em torno da emenda do presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), para aprovar o sistema presidencialista de governo, o senador José Fogaça (PMDB-RS) voltou a alertar que o País poderá ser inviabilizado, pois o funcionamento dos poderes, no projeto constitucional, ocorre dentro de uma ótica parlamentarista.

"Em qualquer sistema presidencialista, o Legislativo tem que contar com dois terços para derrubar um veto do Presidente da República, mas como toda a Carta dispõe dentro do parlamentarismo, será necessária apenas maioria simples. Este é apenas um exemplo, mas que mostra muito bem como será difícil governar o Brasil, podendo até ser inviável", disse.

Para Fogaça, isto só não aconteceria se os presidencialistas apresentassem emendas também a outros dispositivos constitucionais, adaptando todo o texto ao sistema presidencialista. "Mas, como não o fizeram, este é mais um motivo para que o plenário da Constituinte aprove o parlamentarismo", afirmou.

Os adeptos do presidencialismo na Assembleia Nacional Constituinte, que ontem firmaram posição para aprovar a emenda do senador Humberto Lucena, admitem uma "parlamentarização" posterior de sua proposta, "em consonância com reivindicações dos setores parlamentaristas", informa o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). O grupo presidencialista decidiu iniciar imediatamente a divulgação de sua estratégia, objetivando convencer a maioria dos constituintes a aprovar a sugestão do presidente do Senado.

"Os acordos sobre essa hipótese poderão ocorrer. Entretanto, lutaremos para que o texto presidencialista seja respaldado pelo plenário" — afirmou Maurílio.

As negociações para a aprovação da emenda de Humberto Lucena e relacionadas com algumas exigências dos parlamentaristas não "serão um bicho-de-sete-cabeças", na opinião de Maurílio, já que o texto presidencialista prevê alguns elementos próprios da fórmula parlamentarista de governo, como a moção de censura a um ministro de Estado e o reforço substancial das prerrogativas do Congresso Nacional.

## Votação demora, diz senador

Prevendo uma vitória do parlamentarismo no plenário da Constituinte, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) acredita que o sistema de governo só começará a ser votado no prazo de duas semanas, porque a anterior será dedicada ao direito de sindicalização e greve do funcionalismo e o presidente da Casa, deputado Ulysses Guimarães, não colocará um tema tão importante e polêmico para ser apreciado num final de semana.

Bornhausen acha que a emenda presidencialista não obterá os 280 votos necessários e aí haverá uma reversão, com muitos dos que

votaram a favor do sistema presidencialista de governo aprovando o parlamentarismo, numa segunda etapa. Segundo ele, isto vai ocorrer principalmente com a bancada do PMDB, que por ser majoritária é quem vai decidir.

Apesar de muitas críticas verificadas à emenda parlamentarista do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB), o senador catarinense a considera muito boa e que propiciará novos tempos ao País. E completa dizendo novamente que ela será aprovada e que com ele não adianta nenhum tipo de pressão em contrário, pois acredita é na razão.